

JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

IMPÉRIO ROMANO
DO OCIDENTE E
ROMANIDADE
HISPÂNICA



3. URBANISMO E ARQUITETURA NA LUSITÂNIA IMPERIAL

Vasco Gil Mantas

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

Academia Portuguesa da História

ORCID: 0000-0002-6109-4958

vsmantas@gmail.com

Sumário: A introdução do urbanismo romano na península Ibérica, acompanhado de novas técnicas, modelos e materiais de construção, constituiu uma autêntica revolução cultural, dando lugar gradualmente a uma paisagem urbana onde se evidenciava a marca de Roma e as suas práticas políticas e sociais. Do fórum às termas e edifícios de espetáculo, tanto como das muralhas às casas, ricas ou modestas, o impacto do domínio romano e das construções que o materializam no quotidiano lusitano é todo um mundo, agora verdadeiramente urbano, repleto de novidade e cujos restos subsistem ainda nos traçados de várias cidades portuguesas e espanholas e nas ruínas que as enobrecem de uma respeitável e autêntica antiguidade. Urbanismo e arquitetura contribuíram, finalmente, para criar um ambiente cultural com o qual, apesar do tempo e da história, facilmente nos identificamos¹.

Sem querer minimizar a importância de outros setores relevantes da civilização romana, em especial daqueles que representavam atividades sobre as quais, em larga medida, se sustentava a vida urbana e as suas amenidades, é obrigatório reconhecer o valor essencial do elemento urbano nessa entidade complexa que era o Império Romano, o qual Pierre Grimal interpretou como uma grande confederação de cidades (Grimal 1988 261), naturalmente gravitando em torno de Roma. Na verdade, rede urbana e rede viária, ambas imprescindivelmente

¹ Trabalho realizado no âmbito do Projeto *Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)* (PTDC/LLT-OUT/28431/2017). Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira o desenho dos mapas e o tratamento das figuras deste artigo.

complementares, constituem o núcleo de uma estrutura de poder a todos os níveis, inspirada por modelos relativamente simples, e cuja aparente uniformidade, gradualmente infiltrada por influências regionais, não deixou de suscitar incompreensão, tanto como desmedida admiração.

A cidade na Hispânia, ou pelo menos o seu modelo mediterrânico, sem o qual não se concebia a vida civilizada, foi um indiscutível resultado da romanização, decorrente de um longo processo cujo desenvolvimento pleno só se afirmou com o advento do Império, depois de uma reduzida expressão no período republicano (Ramallo Asensio 2003 101-150), em particular no território ora português. Ainda no âmbito desta problemática devemos considerar a questão do urbanismo provincial, condicionado por fatores históricos e sociais, obrigatoriamente divergentes consoante as regiões e que não podem ser analisados recorrendo de forma prioritária e, por vezes, quase exclusiva, a avaliações do grau de romanização da região. Se os modelos ideais permanecem (Alarcão 2006 175-188), tanto mais que respondem a idênticas funções urbanas, devemos considerar esta circunstância com alguma flexibilidade, sobretudo num ambiente provincial como o lusitano sobre o qual resta ainda muito trabalho a efetuar.

Parte integrante da *Hispania Ulterior*, a região que viria a constituir a província lusitana foi durante décadas um setor militar caracterizado por uma dinâmica de fronteira, o que explica a raridade de centros urbanos dignos dessa classificação durante um longo período. É certo que as influências mediterrânicas sentidas no litoral e ao longo das vias fluviais que facilitavam o acesso ao interior do território, muito anteriores à presença romana, estimularam o desenvolvimento de núcleos populacionais de alguma importância, facilitando as primeiras experiências de urbanização, de que temos testemunhos em sítios como Alcácer do Sal, Lisboa ou Santarém (Arruda 2014 513-535).

Antes que possamos considerar a existência de verdadeiras cidades romanas, ou à romana, entendendo-se neste caso que se introduziram elementos típicos do urbanismo itálico em povoações pré-existentes, a romanização caracteriza-se pela proliferação de campos militares, prestigiosos antepassados de algumas cidades lusitanas, como os que Q. Cecílio Metelo Pio levantou sobre o traçado de estradas romanas bem conhecidas na época imperial: *Metellinum* (Medelin), que será colónia sob Augusto, e *Castra Caecilia*, origem da *Colonia Norba Caesarina* (Cáceres), deduzida nos últimos anos da República. Com efeito, no período das Guerras Civis do século I a.C. verifica-se já algum progresso na urbanização das regiões meridionais da Hispânia, verificável também na fachada atlântica da futura Lusitânia imperial.

Nesse cenário continuamos a aceitar que Alcácer do Sal foi distinguida por Sexto Pompeio, a quem deverá a substituição do seu topónimo indígena pelo que se lhe conhece na época romana, republicano e aludindo justificadamente a uma divindade marítima: *Urbs Imperatoria Salacia* (Mantas 2010 211-213). Não sabemos ainda em pormenor o que se passou em *Olisipo*, cidade onde é aceitável admitir alguma intervenção cesariana, talvez no mesmo horizonte da concessão

do estatuto municipal a *Gades*, sem que consideremos a sua invulgar posição nas cidades privilegiadas lusitanas, como município de cidadãos romanos, iniciativa do ditador. Sem que o possamos garantir, cremos ter existido na cidade um núcleo de cidadãos romanos suficiente para justificar a constituição de um *Conventus civium romanorum*, como outros que se conhecem², nomeadamente na época de César (Reid 2014 199-201; Wilson 1966 13-26). Seja como for, estamos convictos de ter sido obra de Octaviano a promoção municipal, pouco antes de 27 a.C., como se deduz do topónimo oficial atribuído à cidade, *Felicitas Iulia Olisipo*, passando os cidadãos olisiponenses a integrar a tribo Galéria.

Outras cidades com os cidadãos inscritos na tribo Sérgia, pelo menos na fase da fundação ou refundação, refletem criações em parte programadas por Júlio César mas apenas concretizadas postumamente, por altura do Segundo Triunvirato, como a colónia de *Norba Caesarina* e a colónia de *Scallabis*, que Plínio diz ter-se chamado *Praesidium Iulium* (Plínio NH 4.117), criada no sítio de uma importante povoação pré-romana. Os vestígios da época republicana vão surgindo em Santarém, nem sempre de fácil interpretação (Arruda – Viegas 2014 242-255), mas favorecendo uma iniciativa pré-augustana. Torna-se evidente que a área meridional do que viria a ser a Lusitânia imperial conheceu uma urbanização mais rápida, evidente nos primeiros anos do governo de Augusto, com os cidadãos inscritos nas tribos Sérgia, Papíria e Galéria. A fundação, em 25 a.C., da *Colonia Iulia Augusta Emerita*, destinada a capital da província lusitana, em detrimento de cidades já existentes, algumas de estatuto colonial (Le Roux 2010 69-91; Marcos 2011 1-25), representou um momento de viragem na urbanização da província.

A tímida política da República, cujo Senado mostrava pouco interesse e alguma desconfiança pela criação de cidades romanas nas províncias, foi alterada com o advento do Império. A dinâmica urbanizadora foi, na época, facilitada ou, talvez melhor, pressionada pelos enormes contingentes de tropas desmobilizadas no final das Guerras Cívicas e das operações na Hispânia, para as quais foi necessário encontrar terras, que a breve trecho, deixou de ser possível obter na Itália. O ano da fundação de *Emerita Augusta*, colónia para a qual existe uma proposta de fundação cesariana (Canto 2017 341-392), assiste à dedução de outras colónias, em larga medida povoadas por soldados licenciados, como *Augusta Praetoria* (Aosta), na Itália (Wheeler 1964 43-44). A estes licenciados haverá que somar pelo menos uma parte dos efetivos das legiões de Marco António, após a derrota deste, alguns dos quais poderiam ter sido estabelecidos em *Pax Iulia* (Beja), topónimo que concorda perfeitamente com a política que as legendas monetárias divulgam (Grant 1968 18-26; Étienne 1970 90-100).

O processo de urbanização da Lusitânia reveste-se de aspetos ainda não totalmente esclarecidos e foi, seguramente, conduzido com pragmatismo e de

² Talvez representado pelo militar *L. Lavius Tuscus*, natural da cidade e inscrito na tribo Emília (AE 1953 268).

acordo com as condições específicas de cada região, em grande parte pouco aberta à vida urbana, no que contrastava fortemente com a vizinha Bética. A cidade romana inseria-se numa hierarquia perfeitamente estabelecida, quase uma espécie de *cursus honorum* urbano, que permitia alterações de estatuto. Todas elas, estivessem ou não integradas juridicamente no grupo de *civitates* privilegiadas com algum tipo de direito romano, tinham funções de capitalidade, ou seja, de centros político-morais de uma comunidade organizada, romana ou peregrina.

Recordamos a lista de entidades administrativas lusitanas referidas por Plínio-o-Velho, 37 ao todo, o que representará cerca de 50% das que existiriam. Nesta lista encontramos cinco colónias, *Scallabis*, *Norba Caesarina*, *Mettelinum*, *Emerita* e *Pax Iulia*, um município de cidadãos romanos, *Olisipo*, três cidades latinas, *Ebora*, *Myrtilis* e *Salacia* (Fig. 1), cabendo a todas as restantes a condição de cidades peregrinas. Muitas destas receberam posteriormente, com os júlio-cláudios e os flávios, o direito latino, com os seus cidadãos inscritos na tribo Quirina, o que não implicaria uma promoção automática ao estatuto municipal, ainda que tal tenha acontecido em determinados casos, como em *Capara* (Ventas de Cáparra), cidade cujo rigoroso planeamento ortogonal, determinado pela via *Emerita-Asturica*, parece anterior à promoção. Que o cômputo está incompleto, como Plínio reconhecia ao escrever *Stipendariorum quos nominare non pigeat*, verifica-se, por exemplo, pela ausência de *Seilium* (Tomar) e de *Salmantica* (Salamanca), esta última importante *mansio* da via *Emerita-Asturica* (Mantas 2012 139-142).



Fig. 1 – As raras cidades privilegiadas da Lusitânia nos finais do século I a.C.

O primeiro grande projeto de urbanização da Lusitânia insere-se no programa de Augusto para a reorganização da província, programa que incluía o reordenamento populacional gradual através da criação de *civitates* com território bem definido, organizadas em torno de um centro urbano. Em muitos casos era uma povoação de tão modestas dimensões, quando comparado com certos *oppida* indígenas, como Las Merchanas e Yecla de Yeltes, na zona de Salamanca, que se pode considerar, sobretudo em áreas do interior lusitano, a existência de *civitates sine urbe* (Carvalho 2010 125-138; Oller Guzmán 2014 89-110), cuja capitalidade se afirmava através de um pequeno fórum e pouco mais, à imagem das *Ventae* e *Fora* de outras áreas de incipiente urbanização, como o que se conhece na sede da *Civitas Cobelcorum* (Almofala), do qual restou o templo consagrado a Júpiter (Frade 2010 47-68). É possível que a estação arqueológica do Mileu, na Guarda, que parece reunir características de centro mercantil e administrativo, corresponda, na realidade, à sede dos *Lancienses Transcudani* (Guerra 2007 173-177; Pereira 2010 34-35).

Muitos destes pequenos centros urbanos evoluíram, alguns rapidamente, como aconteceu na capital da *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), pequeno estabelecimento no início do Império, a crer nos testemunhos epigráficos augustanos, mas que no início do século II ganhara o estatuto municipal (Mantas 2006 49-92), mais difícil de confirmar para outras *civitates* assim classificadas na célebre inscrição da Ponte de Alcântara (*CIL* II 760). Recordamos que a cidade é, antes de mais, um centro administrativo e, como tal, símbolo de uma comunidade política sob a hegemonia romana, onde os testemunhos do culto de Júpiter antecedem ou acompanham o desenvolvimento do culto imperial, muitas vezes albergado nos templos daquela divindade. Como centro moral, reflexo da ordem romana e do lealismo provincial, motor de uma romanização desejada, a cidade não exige população numerosa nem atividades produtivas especiais, embora naturalmente não as repudie, justificando-se a pequena dimensão de muitas delas. Uma relação das *mansiones* citadas quer no *Itinerário de Antonino*, quer na *Cosmografia do Anónimo de Ravena*, mostra que a maior parte das grandes cidades lusitanas estão aí representadas (Mantas 2012 232-233), circunstância que reflete a natural interdependência entre rede urbana e rede viária, quase todas ilustrando a continuidade de um padrão de povoamento anterior ao período romano, como geralmente demonstra a toponímia (Guerra 2017 155-178).

Mas as *mansiones* rurais, em áreas isentas de cidades, vulgares na Lusitânia central e setentrional, tiveram também uma função dinamizadora do processo de integração bastante significativa. Um simples olhar à lista de *mansiones* da via *Emerita-Asturica* sublinha de imediato essa circunstância. Todavia, não foram apenas as *mansiones* viárias, por vezes estabelecidas junto a um povoado indígena, a contribuir para esta urbanização de segunda linha, pois os estabelecimentos termais medicinais, como os de *Aquae Sulis* (S. Pedro do Sul) ou *Aquae Caparenses* (Baños de Montemayor), constituíram ativos polos de divulgação do estilo de vida romano (Frade – Moreira 1992 515-544; González Soutelo 2013 223-236), mesmo que colocados sob a tutela de alguma divindade indígena, mais ou menos

romanizada, o que tornava o processo de aculturação mais eficiente, tanto mais que estes estabelecimentos mostravam com frequência uma arquitetura cuidada.

Como já se disse muitas vezes, a arquitetura é a melhor expressão de uma sociedade, o que a civilização romana comprovou de múltiplas formas. O modelo ideal de cidade romana implicava a existência de um cenário urbano mais ou menos completo, que não dispensava monumentos públicos, religiosos e profanos, uma praça principal, o *Forum*, assim como um traçado ortogonal, na verdade nem sempre respeitado, por razões de topografia ou existência de um plano anterior. Claro que, nas fundações de raiz ou que levaram à destruição da estrutura preexistente, como em *Emerita Augusta* e em *Pax Iulia* (Beja), respetivamente, o modelo definido pelo *Kardo* e pelo *Decumanus* foi aplicado dentro do possível, mesmo adaptando-o a locais de relevo difícil, o que não deixaria de impressionar os indígenas, tanto mais que esta situação se identifica independentemente do estatuto urbano.

Em Mérida, o ritual de fundação foi evocado em emissões monetárias cunhadas com anversos representando *Ataecina*, o rio *Ana* e, finalmente, o retrato de Augusto, verificando-se uma interessante presença de tópicos locais (Cebrián 2013 78-83). As mudanças de estatuto refletem-se com frequência no traçado urbano e através de programas de construção mais ambiciosos. Todavia, estes indícios devem ser considerados com alguma cautela. Na cidade de *Ammaia* (S. Salvador de Aramenha), dotada de um rigoroso plano ortogonal (Corsi 2012 139-148), este parece corresponder à atribuição do direito latino na época de Cláudio (Fig. 2), ainda que haja provas de trabalhos importantes no início do século II. Já em *Conimbriga*, onde no principado de Augusto se desenvolveu um importante programa construtivo, este não pode atribuir-se, uma vez que na época era uma cidade peregrina, à atribuição de um estatuto jurídico romano, devendo relacionar-se com a própria criação da *civitas* de que foi a capital. A transformação do fórum num grande santuário do culto imperial (Alarcão 1988 67-69, 72-73), pelo contrário, parece consequência de uma mudança de estatuto sob o governo dos Flávios, como sugere o nome oficial da cidade a partir desse período, *Flavia Conimbriga*, tal como sucedeu em *Capara*, denominada *Municipium Flavium Caperensis*.

Outras situações são mais complicadas, como a de *Pax Iulia*. Nesta colónia de direito itálico, embora os testemunhos epigráficos sempre concordem com o topónimo *Pax Iulia*, acontece que Estrabão a nomeia como *Pax Augusta* (Estrabão 3.2.15), a par de *Emerita Augusta* e *Caesaraugusta* (Saragoça), sugerindo uma intervenção posterior a 27 a.C., o que parece muito difícil face aos dados reunidos nos últimos anos (Lopes 2018 17-24). Como explicar esta discrepância? Ou a colónia se designava *Pax Iulia Augusta* e o último elemento terá caído, o que não cremos, ou Estrabão refere, possivelmente, uma situação decorrente de uma alteração de estatuto, talvez cerca de 2 a.C., no caso a atribuição da condição colonial a uma cidade que anteriormente não a teria, sugerindo uma comunidade dupla (*IRCP* 233).



Fig. 2 – Planta da cidade de *Ammaia* resultante de prospecção geofísica. Apud C. Corsi

A rede urbana da Lusitânia ficou praticamente definida durante o longo governo de Augusto e dos seus sucessores júlio-cláudios. É certo que a data da atribuição do direito latino e eventualmente do título municipal é mais difícil de precisar. Em *Salmantica* achados recentes sugerem a criação de uma *civitas* logo na época de Augusto, o que se coaduna com a importância viária do local (Salinas de Frías 2018 553-577), ainda que a integração na hierarquia das cidades juridicamente romanas possa ter ocorrido mais tarde, como julgamos ter acontecido com *Mirobriga* (Ciudad Rodrigo), cuja promoção corresponderá ao governo de Domiciano (*CIL* II 862), na sequência da concessão do direito latino alargado às cidades peregrinas da Hispânia que o desejassem.

O modelo urbano definido pelo cruzamento do *Kardo* e do *Decumanus*, com o *Forum* estabelecido, na intersecção destes eixos diretores ou junto a ela, nem sempre é fácil de identificar e, em certas ocasiões, a praça ocupou uma posição menos central, à imagem de algumas fundações augustanas dos primeiros anos do Império, de que a cidade italiana de *Augusta Praetoria* é um bom exemplo. Na província lusitana os *Fora* de *Norba Caesarina* e de *Pax Iulia* ocupavam também uma situação excêntrica na malha urbana (Cerrillo – Nogales 2010 137-168; Lopes 2010 189-200), no caso de Beja para lhe conferir comando sobre a cidade, o que torna possível admitir a presença inicial de um capitólio. O caso de *Aeminium* (Coimbra) é particularmente interessante,

pois o fórum foi levantado em local difícil, entre duas colinas, obrigando à construção de uma poderosa infraestrutura, aparentemente para garantir a centralidade do monumento, de origem augustana e renovado sob os júlio-cláudios (Carvalho 1998).

Mais importante que o traçado ortogonal ideal, por vezes adaptado à topografia urbana, casos de *Aeminium* e de *Olisipo* (Fig. 3), por exemplo, era o equipamento urbano que caracterizava a cidade romana, constituído por monumentos religiosos, cívicos e de lazer, assim como toda uma série de outras edificações destinadas à sustentabilidade do aglomerado populacional, como aquedutos e redes de distribuição de água, cloacas, armazéns (*horrea*), mercados (*macella*), pontes e viadutos. Como é evidente, a longa duração do domínio romano garantiu mudanças, por vezes sensíveis, no cenário das cidades lusitanas. Por outro lado, não é raro confirmar-se a permanência, sem grandes alterações, de monumentos remontando ao início do Império, independentemente de trabalhos pontuais de manutenção ou pequenas reformas.

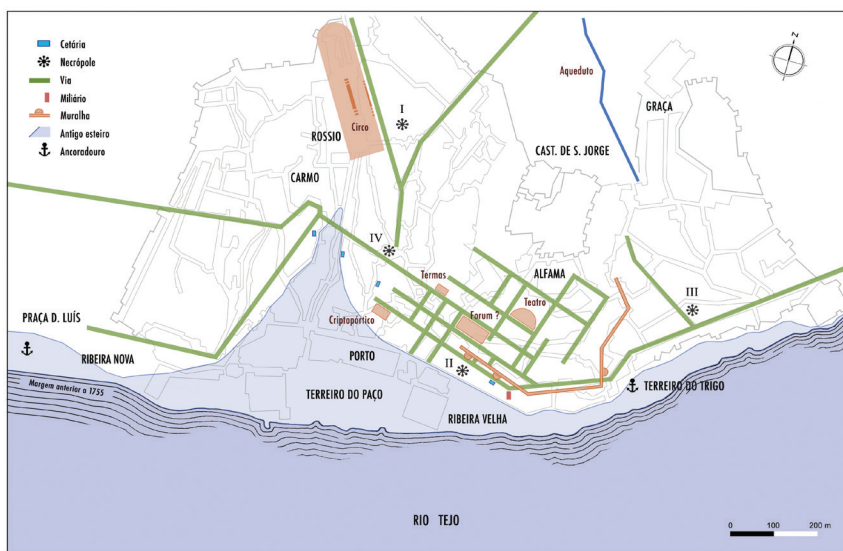


Fig. 3 – Esboço do urbanismo de *Olisipo* traçado sobre planta do século XVII.

Ainda que alguns fóruns tenham sido profundamente renovados, sobretudo no período entre Cláudio e Trajano, o que em parte pode relacionar-se com a progressão do culto imperial e de alterações de estatuto, os edifícios de lazer parecem ter merecido constante atenção das autoridades e dos mecenas que durante grande parte do Alto-Império contribuíram generosamente para as políticas edilítárias urbanas (Andreu 1999 31-64). Como exemplos recordamos a reforma levada a cabo no teatro de *Olisipo* (Fernandes 2015 203-224), na época

de Nero (*CIL* II 193, 196), ou, na mesma cidade, a reconstrução, por ordem do governador provincial, das Termas dos Cássios (*CIL* II 191), assim como o teatro de *Emerita* sofreu diversos melhoramentos depois da sua edificação por Agripa e o circo da capital lusitana foi reconstruído em 337, também por ordem do governador da província, um ano depois das termas da cidade do Tejo.

A evolução da sociedade romana determinou gostos e modas, como em todos os tempos, desenvolvendo-se os circos em detrimento dos anfiteatros e as termas em prejuízo dos fóruns, a partir do século II. A quebra do mecenato privado e as dificuldades do erário romano, evidentes no século III, contribuíram decisivamente para significativas alterações no urbanismo, que incluíram abandono de determinados monumentos públicos, como o anfiteatro de Bobadela ou o teatro de *Olisipo*, no decurso do século IV, mesmo antes da necessidade de recorrer a edifícios devolutos para encontrar material disponível e barato para as muralhas tornadas necessárias pela insegurança generalizada, interna e externa.

Com maior ou menor riqueza, recorrendo a materiais locais ou importados, os monumentos públicos das cidades lusitanas respondiam bem aos modelos que os gostos estéticos e o ambiente político do centro do poder inspiravam. O monumento simbólico por excelência da ordem romana era, naturalmente, o *Forum*. Praça pública onde inicialmente se reuniam as principais funções religiosas, políticas e comerciais, evoluiu no sentido de uma especialização, todavia não observada na totalidade dos casos conhecidos. Infelizmente, alguns fóruns de importantes cidades lusitanas, como *Metellinum* ou *Olisipo*, são praticamente desconhecidos e, em certos casos extremos, nem sequer se podem localizar, como sucede em *Scallabis* e *Colippo* (S. Sebastião do Freixo), enquanto outras estruturas se prestam a dúvidas de interpretação, como no Cabeço do Vouga (Mantas 2012 193-197), sítio relacionado pela maioria dos investigadores com *Talabriga*, identificação que mantemos *sub iudice* por contrariar os dados miliários.

Embora se note uma tendência precoce para o modelo do chamado fórum-bloco, os dados disponíveis para os mais antigos sugerem que os conjuntos forenses do início do Império possuíam uma estrutura menos orgânica, que não deixa de apresentar problemas de interpretação um tanto complexos. Está neste caso o fórum de *Pax Iulia*, objeto de sucessivas alterações e, provavelmente, o de *Igaedis* (Idanha-a-Velha), que remonta ao principado de Augusto (Carvalho 2009 115-131). Neste caso, mesmo admitindo modificações posteriores, não é fácil traçar-lhe um plano que insira a basílica e as *tabernae*. Outro exemplo, um pouco posterior, é o do fórum de *Capara*, onde a disposição dos edifícios é ortogonal mas pouco integrada (Cerrillo 2010 127-136). Como explicar tais diferenças? Uma das hipóteses é a de que se trate, em parte, de uma herança de modelos da época republicana, um tanto arcaizantes, influenciados pelas condições locais. Naquelas situações em que a regularidade do fórum-bloco se adivinha ou surge plenamente desenvolvida é possível considerar uma maior intervenção do poder central ou de algum patrono à altura dos custos da construção e, por vezes, das expropriações necessárias. Na capital lusitana, a construção do fórum provincial,

um imponente santuário do culto imperial (Mateos 2007 369-394), obrigou à demolição de quatro quarteirões existentes na área.

O modelo clássico do fórum-bloco foi reproduzido em várias cidades, apenas com alterações de pormenor (Fabião 2010 343-360). Concebido em torno de um eixo longitudinal, ostentava numa das extremidades o templo, por vezes numa plataforma mais elevada, ocupando a basílica o lado oposto, dispendo-se outros espaços, como a *curia* e as *tabernae* ao longo dos pórticos da praça. É este o modelo que encontramos no fórum colonial de *Emerita* (Fig. 4), pelo menos na sua fase flaviana (Ayerbe – Barrientos – Palma 2011 209-228), em *Ebora* e em *Ammaia*. Menos usual é a presença de três templos na cabeceira do fórum, como se verifica em *Capara*. Em certas situações privilegiadas é possível acompanhar várias fases da evolução do fórum. Em *Conimbriga* (Correia 2010 89-106), na primeira fase, augustana, não havia templo, construído na segunda fase, júlio-cláudia, no local da basílica, que passou a ocupar uma posição lateral. Tudo isto desapareceu com a edificação do santuário do culto imperial, na transição do século I para o II. Esta circunstância obriga a considerar em aberto o problema da localização do fórum da cidade depois desta última alteração. O imponente fórum de *Aeminium*, também renovado no período júlio-cláudio, não terá possuído templo, pois o elemento principal era a basílica (Alarcão – Carvalho – Silva 2017 131-146). Talvez o templo se levantasse no declive que conduz ao largo da Sé Nova, solução algo parecida com a que se reconheceu no fórum de *Bilbilis*, perto de Calatayud, também júlio-cláudio (Luís Jiménez – Martín-Bueno 1983 69-78; Mantas 1992 504-509).

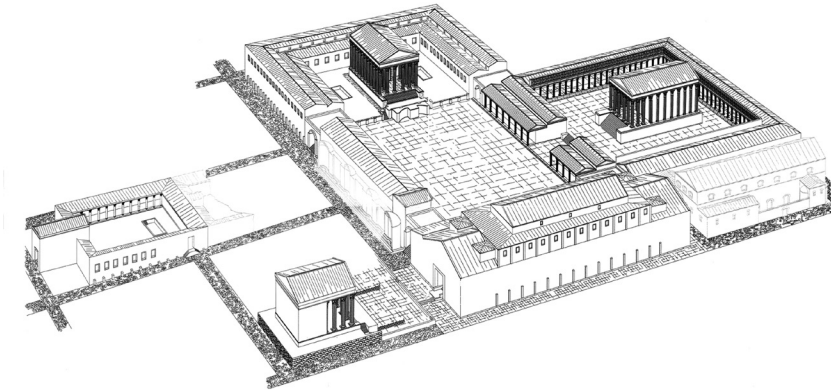


Fig. 4 – O fórum colonial de *Emerita Augusta* e os seus anexos.
Apud R. Ayerbe, T. Barrientos e F. Palma.

A maior parte dos templos de que restam ruínas na Lusitânia pertenceram aos fóruns, ainda que subsistam alguns situados em ambiente rural, quase sempre de arquitetura mais exótica, consagrados a divindades indígenas, como o de Santana do Campo (Arraiolos). Os templos de arquitetura clássica na Lusitânia são maioritariamente tetrástilos e pseudoperípteros, por vezes prostilos (Fig. 5), como o templo principal de *Augustobriga*³, edificados sobre pódio com acesso por escadarias frontais ou laterais (Hauschild 2002 15-22), neste último caso dotados de uma plataforma na fachada. A ordem coríntia foi largamente utilizada, embora também ocorram outras, alternando por vezes o material dos fustes com o das bases e capitéis. Frequentemente as colunas eram estucadas e pintadas, como sucedeu no templo do fórum colonial de *Emerita*, um dos raros templos perípteros da província, tal como o de *Ebora* (Álvarez Martínez – Nogales Basarrate 2003; Hauschild 2010 27-36). Outro elemento que ocorre com alguma frequência na Lusitânia são os tanques ou espelhos de água ladeando o pódio (Reis 2010 285-314), presentes em *Emerita*, *Ebora* e *Ossonoba* (Faro), normalmente relacionados com o culto imperial.



Fig. 5 – O templo de Augustobriga (Talavera la Vieja) em 1806.
Gravura de A. de Laborde.

³ A povoação de Talavera la Vieja ficou submersa pelas águas da barragem de Valdecañas em 1963. O templo principal e alguns fustes de outro, também visível na gravura de Laborde, foram deslocados para um local próximo, em Bohonal de Ibor, junto à albufeira.

As basílicas mais antigas, como as de *Conimbriga* e *Aeminium* possuíam duas naves, embora o modelo usual, posterior, possuisse três naves, uma central, mais larga e duas laterais, por vezes com a fachada aberta, de influência helenística, como em *Seilium*. A entrada no fórum podia fazer-se por um arco monumental, a exemplo dos arcos honoríficos, como em Bobadela, provável capital dos *Interanienses*, arco construído aquando da renovação do monumento pela flamínica *Iulia Modesta* (CIL II 397). Em *Emerita* o chamado Arco de Trajano, inicialmente um monumento isolado do período augustano, foi depois convertido em imponente entrada do fórum provincial. O único arco honorífico urbano razoavelmente conservado na Lusitânia é o quadrifronte de *Capara*, levantado junto ao fórum (Nünnerich-Asmus 1996), sobre o *Decumanus Maximus*, coincidindo aqui com a via *Emerita-Asturica* (Fig. 6). Existiu outro em *Aeminium*, sobrevivendo até ao século XVIII como parte da Porta de Belcouce. Em Lisboa, a chamada Porta do Ferro, que seria provavelmente a porta monumental do fórum olisiponense, foi reutilizada na Cerca Moura, de acordo com fontes islâmicas. Pelo contrário, o muito citado arco monumental da Praça do Giraldo, em Évora, na verdade nunca passou de uma *vue d'esprit* erudita (Bilou 2010 92-98).



Fig. 6 – O arco tetrápilo de Capara construído sobre a via Emerita-Asturica.
Foto TripAdvisor

Outro monumento típico e essencial do urbanismo romano eram as termas ou balneários públicos. Muito numerosos na Lusitânia, quase todos são de dimensões relativamente modestas. As plantas de muitos dos que se conhecem denotam algumas limitações na funcionalidade e poucos possuem *natatio*, presente por exemplo, nas chamadas Termas do Sul, em *Conimbriga*, flavianas

na sua segunda fase, notáveis também pela sua monumental *palestra*. Muito bem conservado, embora pequeno, como pequena era a cidade, são as termas de *Mirobriga*, nos arredores de Santiago de Cacém, ainda que, mais uma vez, o percurso dos banhistas não fosse ideal.

As pequenas dimensões destes edifícios devem-se, sobretudo, a uma certa economia no planeamento e ao facto de existirem vários à disposição dos habitantes. Na capital lusitana conhecemos agora seis termas públicas; em *Ebora*, identificaram-se restos de um desses edifícios sob a Câmara Municipal (Sarantopoulos 1994 273-286), perto do local onde se situaria o *castellum aquae* do aqueduto romano; *Conimbriga* conta, por ora, com três; em *Capara*, as termas junto ao fórum ocupam uma *insula* com 33 x 36 metros, valores que correspondem às dimensões normais das *insulae* de outras cidades lusitanas. Nunca será demais sublinhar a importância das termas no processo de romanização, como veículo de hábitos e de práticas culturais, onde o poder político esteve muito presente. O grande consumo de água e a sua monumentalização nas cidades romanas obrigava à construção de aquedutos e de barragens de que os grandes aquedutos de *Emerita* (Nogales 2002 89-111), sobretudo o de Los Milagros (Fig. 7), e os de *Conimbriga* e de *Olisipo* são bons testemunhos (Mascarenhas – Bilou – Neves 2012 239-264). Alguns deles foram reconstruídos muito mais tarde, como sucedeu em Coimbra e Évora, no século XVI.



Fig. 7 – O monumental aqueduto dito de Los Milagros, em *Emerita Augusta*.

Os monumentos destinados a espetáculos também não faltam na Lusitânia, teatros, anfiteatros e circos, alguns apenas vagamente identificados, como em

Aeminium e Pax Iulia. O melhor exemplo que possuímos deste conjunto de três edifícios especializados é, mais uma vez, de *Emerita*, onde todos remontam ao início da colónia (Nogales – Álvarez Martínez 2014 209-247), embora tenham sido submetidos a reformas importantes ao longo do tempo. O teatro, com capacidade para 6000 espectadores, responde ao modelo dos teatros romanos construídos com alguma preocupação de economia no lançamento da *cavea*, vulgar nos teatros mais antigos, mas recebeu um proscénio muito elaborado na época de Trajano. O anfiteatro, construído pouco depois, em 8 a.C., podia acolher 14000 espectadores. Foi construído segundo a mesma técnica, tendo perdido as bancadas do anel superior, a *summa cavea*. O circo, com 400 metros de extensão e capacidade para cerca de 30000 espectadores, conserva ainda os alicerces da *spina*, estrutura muito decorada que dividia a pista (Fig. 8).



Fig. 8 – Vista aérea das ruínas do circo de *Emerita Augusta* (foto CCMM).

Nem todas as cidades possuíam estes três edifícios. Muito perto de *Emerita*, na colónia de *Metellinum*, foi construído um belo teatro (Mateos – Picado 2011 373-410), aproveitando o declive da encosta sobre o Guadiana, mas não se conhecem, por ora, vestígios de anfiteatro e de circo, de esperar numa cidade de estatuto colonial. Terão existido em *Olisipo*, onde subsistem vestígios importantes do teatro e do circo, aguardando-se a confirmação do anfiteatro (Martins 2014 162-173). Em *Conimbriga* e em *Capara* as ruínas do anfiteatro são significativas, assim como em Bobadela, este de construção muito simples, dotado de bancadas de madeira. Em *Balsa* (Luz de Tavira) conhecemos um circo, testemunhado

epigraficamente (IRCP 76-77), datável do século II, mas difícil de identificar, cuja construção deve atribuir-se a vários mecenas. Ainda visível no terreno é o circo de *Mirobriga*, apesar de muito delapidado. A *spina* conserva as fundações e alguma coisa sobreviveu dos *carceres*, local de onde os carros partiam para as corridas, situado no topo mais afastado da *spina*. As características especiais desta cidade (Barata 1999 51-67), importante centro de culto de Esculápio e de Vénus, justificavam a presença deste circo.

A tipologia dos circos e dos anfiteatros condicionavam a sua localização nas cidades, encontrando-se normalmente fora do perímetro urbano ou nos seus limites, o que nem sempre acontecia com os teatros. Todos eles eram calculados para receber espectadores em número superior ao dos habitantes locais, ainda que em certos casos, como em *Emerita*, cidade que teria uns 50000 habitantes e que no Baixo-Império chegou a ser a capital da *Diocesis Hispaniarum* (Étienne 1982 201-208; Arce 2002 501-506), os *ludi* se repetissem. Muitos dos teatros e anfiteatros eram polivalentes, servindo para diferentes tipos de espetáculo, tornados possíveis pela existência de empresários que disponibilizavam turmas de gladiadores ou grupos teatrais, normalmente ao gosto do público romano. Pelas suas dimensões e com a evolução da sociedade romana muitos destes edifícios foram abandonados e serviram para fornecer materiais de construção para os mais diversos usos. Assim aconteceu em *Conimbriga* com o anfiteatro, aparentemente abandonado antes da construção da muralha tardia. Tal como acontecia com as termas, os edifícios de espetáculo tiveram lugar importante na vida política, chegando o imperador, no século IV, a ser comparado a um auriga conduzindo o Império.

Entre o equipamento urbano devemos incluir, pelo menos nas grandes cidades, mercados (*macella*) e armazéns (*horrea*). Não temos na Lusitânia muitos testemunhos deles como edifícios públicos. Estes últimos existiram seguramente nas cidades portuárias, como *Olisipo*, *Salacia* ou *Myrtilis*, mas não deixarão de se identificar noutros locais. Alguns investigadores apontam os criptopórticos dos fóruns, como o de *Aeminium*, como locais de armazenamento, embora neste caso a sua localização não o sugira. Quanto aos mercados, as cidades pequenas dispensavam a sua existência, pois a praça do fórum e as suas *tabernae*, ou simples bancas, supriam perfeitamente as necessidades locais. Uma epígrafe achada em Lisboa, consagrada a Mercúrio Cohortalis sugere a existência de grandes *horrea* estatais (Mantas 1990 168), enquanto na cidade de *Ammaia* os restos de um edifício localizado junto à porta meridional, dotado de vasto pátio com entrada por um largo portão, corresponderão ao mercado, ainda não escavado. Não esqueçamos a importância atribuída ao abastecimento das cidades por parte das autoridades, apresentando-se o imperador como seu garante, através dos magistrados e mecenas locais, como uma inscrição de *Pax Iulia* comemora (IRCP 239).

Apesar das radicais transformações que o domínio romano introduziu na Hispânia a nível da monumentalização dos espaços urbanos, talvez o seu impacto na arquitetura doméstica, pois esta é a do quotidiano generalizado, tenha sido

ainda mais profundo. Como a população urbana era relativamente reduzida, não se registam nas cidades lusitanas grandes *insulae* com vários andares, predominando as casas térreas ou com um único andar. Devemos admitir que este é um problema de natureza arqueológica, pois na maior parte dos casos pouco sabemos sobre a elevação dos edifícios privados⁴. Como é natural, nos grandes povoados indígenas que persistem na época romana, assistiu-se à convivência entre a arquitetura tradicional e as novidades de origem mediterrânica, menos visível nos *vici*.

Onde foi possível escavar áreas significativas de zonas habitacionais, como em *Emerita* ou *Conimbriga* (Corrales 2014 193-206; Correia 2013), verifica-se uma certa diversidade construtiva ditada normalmente por razões espaciais e económicas, embora predominem os modelos itálicos, destacando-se a casa de peristilo central, a *domus* clássica do período imperial. Banhos, mosaicos e pórticos constituem o elemento mais visível destas casas, diferindo das habitações mais modestas, bem representadas, por exemplo, em *Conimbriga* (Fig. 9), pelas casas da *Insula* dita do Vaso Fálco, (Alarcão 1988 188-191). Muitas destas casas populares albergavam lojas, tabernas e pequenas oficinas. Algumas vezes alojavam sedes de corporações profissionais, nem sempre fáceis de identificar, o que já não sucede quando as *scholae* ocupavam edifícios de construção mais rica e melhor decoração, como o edifício do mosaico de Oceano (*IRCP* 35), em *Ossonoba*, que consideramos ser sede de uma corporação.

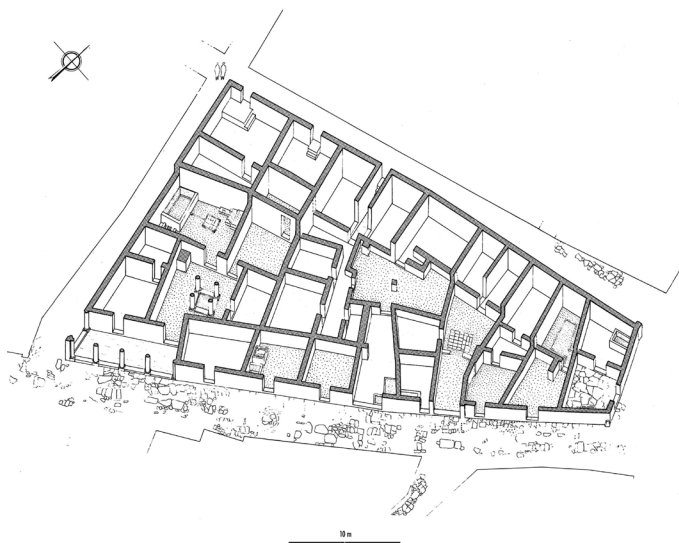


Fig. 9 – Planta perspectivada da insula do Vaso Fálco, em Conimbriga. Apud J. Alarcão.

⁴ O que sugere bastante cautela em relação a reconstituições muito pormenorizadas quando a escavação não facultou ou não pode aduzir elementos suficientemente seguros.

As praças e as ruas principais, mais largas, eram lajeadas, mas a terra batida ou a gravilha terá sido utilizada com frequência nos arruamentos secundários e até em áreas monumentais, como terá sucedido no primeiro fórum de *Conimbriga*. Sob o traçado das ruas corriam as cloacas, destinadas a evacuar as águas residuais procedentes da chuva e dos usos domésticos, das fontes, das termas e das latrinas. A rede de cloacas da cidade de *Aeminium*, pela sua topografia complicada, presta-se a um estudo de maior interesse, a efetuar em conjunto com o do abastecimento de água, ainda por fazer. Na província lusitana as cloacas de *Emerita*, *Conimbriga* e *Pax Iulia*, razoavelmente conhecidas (Acero Pérez 2013 402-409), mostram a sua relação com os arruamentos principais. Não esqueçamos também o problema da evacuação dos lixos, normalmente regulados pelos edis locais, identificando-se em *Emerita* lixeiras e aterros fora da muralha da cidade, muitas vezes junto a áreas industriais.

Também as necrópoles ficavam fora do perímetro urbano, o que levantava problemas quando as cidades se desenvolviam e ultrapassavam os limites iniciais. Ainda assim, a sua localização é um excelente indicador da extensão máxima da área urbana. Normalmente estendiam-se ao longo das estradas, constituindo um elemento forte da paisagem romanizada. Havia grande variedade de monumentos funerários, desde o simples cipo, até aos mausoléus, passando pelas aras e *cupae*, estas de dois tipos e cronologias diferentes. Todos representam um excelente indicador do grau de romanização da população local e do latim falado. Monumento relativamente vulgar nas cidades lusitanas, confirmado em *Emerita*, *Ammaia*, *Caurium* e *Igaedis*, é a ara monumental, decorada com *pulvini* e ostentando uma epígrafe monumental (Beltrán 2004 101-141). Os *columbaria* também estão presentes nas cidades lusitanas, desde logo em *Emerita*, ocorrendo também em aglomerações secundárias, como no *vicus* industrial de Tróia. Alguns destes monumentos refletem influências não itálicas, sobretudo orientais e africanas, concorrendo com gostos mais particularistas, apontando mais uma vez para a pluralidade e complexidade da romanização (Encarnação 1984 810-815, 821-829; Beltrán 2017 791-808).

As cidades luso-romanas possuíam normalmente muralhas, quase sempre difíceis de datar recorrendo apenas a critérios tipológicos. Assim sucede com as muralhas de *Ebora*, *Caurium* e *Conimbriga*, que possuem torres de planta quadrangular quando se impõem no Baixo-Império os bastiões semi-circulares, presentes em *Capara*, em *Olisipo*, onde a muralha romana tinha maior perímetro que o da Cerca Moura, e em *Vêseo* (Viseu), mas também anteriormente em *Emerita*, muralha que cercava um espaço de cerca de 72 hectares, significativamente reforçada no Baixo-Império. Muitas destas muralhas tiveram apenas funções honoríficas, no Alto Império, caso, por exemplo, das muralhas de *Ammaia* e de *Pax Iulia* (FE 29 131), esta construída em 2 a.C., uma data a ter em conta quanto a alterações nos estatutos urbanos. Noutros locais, como em *Balsa*, não foi possível ainda identificar muros defensivos, o que pode ter contribuído para a decadência dessas cidades no período tardio.

A diminuição das áreas urbanas, quando confirmada arqueologicamente, como em *Conimbriga*, ajuda a datar muros de construção mais tardia. Em *Conimbriga* a primeira muralha, talvez augustana, com uma porta vagamente monumental, era um muro mais extenso, com funções honoríficas. As discussões em torno da cronologia das muralhas lusitanas ilustram-se bem através do caso de *Igaedis*, onde a muralha que hoje se pode ver parece, em parte, obra medieval (Fig.10), tal como em *Pax Iulia*, onde apenas algumas das portas coincidem com a muralha da Reconquista. Com estas rápidas referências às defesas urbanas da Lusitânia imperial estamos já a entrar no mundo um tanto ambíguo da Antiguidade Tardia, ao qual pertencerão muitos dos restos destas muralhas (De Man 2011).



Fig. 10 – A Porta Norte da muralha de Idanha-a-Velha (foto @Wikimedia Commons).

Muitos temas importantes foram aqui vagamente tratados, ou mesmo ignorados, atendendo à economia do texto e ao seu objetivo principal, definir as grandes linhas do urbanismo romano na Lusitânia, onde apenas se conhecem três arquitetos, *Severus Vituli f.*, *Gaius Sevius Lupus* (*CIL* II 2559) e *Caius Iulius Lacer* (*CIL* II 761), os dois últimos indiscutivelmente de primeiro plano. A título de conclusão reproduzimos o que Jorge de Alarcão escreveu sobre o assunto: “É lógico, pois, que a profunda transformação de instituições causada pela conquista romana tenha determinado uma verdadeira revolução

arquitectónica. Mais do que isso: a arquitectura surge em Portugal com os Romanos” (Alarcão 1988 181). Em resumo, falamos não tanto de romanização, mas sim de civilização, sem ambiguidade ou receio.

Bibliografia

Fontes antigas

AE = *L'Année Épigraphique*. Paris.

CIL II = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, E. Hübner (1869-1892). Berlim.

FE = *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra.

IRCP = *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, J. d'Encarnação (1984). Coimbra.

Estrabão, *The Geography of Strabo*, 2, H. L. Jones, ed. (1960). Londres.

Plínio-o-Antigo, *Naturalis Historia*, 1-6, L. Jan-Mayhoff, ed. (1967). Estugarda.

Estudos e obras literárias

Aceró Pérez, J. (2013), “Provincia Lusitania” in F. Escudero – M. Galve, eds *Las cloacas de Caesaraugusta y elementos de topografía y urbanismo de la ciudad antigua*. Saragoça 402-409.

Alarcão, J. de (1988), *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins.

_____ (2006), “Os modelos romanos e os traslados provinciais na Lusitânia” in D. Vaquerizo – J. Murillo, coords *El concepto de lo provincial en el mundo antiguo*. Córdoba 175-187.

Alarcão, J. de – Carvalho, P. – Silva, R. (2017), “The Forums of Conimbriga and Aeminium: comparison and summary of the state of the art”, *Zephyrus* 80 131-146.

Álvarez Martínez, J. M. – Nogales Basarrate, T. (2003), *Forum Coloniae Augustae Emeritae. Templo de Diana*. Mérida.

Andreu, J. (1999), “Munificencia publica en la provincia Lusitana: una síntesis de su desarrollo entre los siglos I y V d.C.”, *Conimbriga* 38 31-64.

Arce, J. (2002), “Hispalis o Emerita? A propósito de la capital de la Diocesis Hispaniarum en el siglo IV d.C.”, *Habis* 33 501-506.

Arruda, A. (2014), “A Oeste tudo de novo. Novos dados e outros modelos interpretativos para a orientação do território português” in *Fenícios e Púnicos por Terra e Mar* 2. Lisboa 513-535.

Arruda, A. – Viegas, C. (2014), “Santarém durante a época romano-republicana”, *Cira* 3 242-255.

Ayerbe, R. – Barrientos, T. – Palma, F. (2011), “Los complejos monumentales forenses de Augusta Emerita. Arquitectura y urbanismo” in J. M. Álvarez Martínez – P. Mateos, coords *Actas Congreso Internacional 1910-2010: El Yacimiento Emeritense*. Mérida 209-228.

Barata, F. (1999), “As habitações de Miróbriga e os ritos domésticos romanos”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2 (2) 51-67.

Beltrán, J. (2004), “Monumentos sepulcrales en forma de altar con pulvinos de los territorios hispano-romanos: revisión de materiales y estado de la cuestión”, *Archivo Español de Arqueología* 75 101-141.

_____ (2017), “El mundo funerario augusteo en la Hispania meridional. Una aproximación arqueológica”, *Gerión* 35 791-808.

Bilou, F. (2010), *A fundação do aqueduto da Água da Prata em Évora*. Lisboa.

Canto, A. (2017), “Treinta años de reflexiones sobre la Emerita Cesariana: de lo que Diógenes Cássio nunca dijo, a la alienación astronómica de la ciudad y los auspicios de César” in T. Nogales Basarrate, ed. *Lusitania Romana: del pasado al presente de la investigación*. Mérida 341-392.

Carvalho, P. (1998), *O forum de Aeminium*. Lisboa, Ministério da Cultura.

- Carvalho, P. (2009), “O forum dos Igaeditani e os primeiros tempos da Civitas Igaeditanorum”, *Archivo Español de Arqueología* 82 115-131.
- Carvalho, P. (2010), “A caminho do Douro na época romana. Da capital da Civitas Igaeditanorum aos territórios dos Lancienses, Aravi, Meidobrigenses e Cobelci”, in *Arqueologia, Patrimonio, Prehistoria e Historia Antigua de los Pueblos “Sin Pasado”*. Salamanca 125-138.
- Cebrián, M. A. (2013), “Emerita Augusta y sus imágenes monetales”, *OMNI* 6 78-83.
- Cerrillo, E. (2010), “El foro de Capara”, in T. Nogales Basarrate (coord.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Mérida 127-136.
- Cerrillo, E. – Nogales, T. (2010), “Un posible complejo forense de la colonia Norbensis Caesarina” in T. Nogales Basarrate (coord.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Mérida 137-168.
- Corrales, A. (2014), “La casa romana de la Alcazaba (Mérida): una lectura arqueológica y urbanística”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 17 193-216.
- Correia, V. H. (2010), “O forum de Conimbriga e a evolução do centro urbano” in T. Nogales Basarrate (coord.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Mérida 84-106.
- Correia, V. H. (2013), *A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana*. Coimbra.
- Corsi, C. (2012), “A layout, street grid and public monuments” in C. Corsi – F. Vermeulen, *Ammmaia I: The Survey. A Romano-Lusitanian Townscape Revealed*. Ghent 139-148.
- De Maan, A. (2011), *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Mérida.
- Encarnação, J. de (1984), *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra.
- Étienne, R. (1970), *Le siècle d'Auguste*. Paris.
- Étienne, R. (1982), “Mérida, capital du vicariat des Espagnes”, in *Homenaje a Sáenz de Buruaga*. Badajoz 201-207.
- Fabião, C. (2010), “Modelos forenses nas cidades da Lusitânia: balanço e perspectiva” in T. Nogales Basarrate (ed.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Mérida 343-360.
- Fernandes et alii, L. (2015), “Paisagem urbana de Olisipo: fatias de história de uma cidade”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18 203-284.
- Frade, H. – Moreira, J. (1992), “A arquitectura das termas romanas de S. Pedro do Sul” *Espacio, Tiempo y Forma, serie 2, Historia Antigua* 5 515-544.
- Frade, H. (2010), “Os fora de Bobadela e da Civitas Cobelcorum”, in T. Nogales Basarrate (coord.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Mérida 47-68.
- González Soutelo, S. (2013), “El balneario romano de Baños de Montemayor (Cáceres). Descripción arqueológica de un complejo termal salitífero de época romana”, *Zephyrus* 71 223-236.
- Grant, M. (1968), *Roman history from coins*. Cambridge.
- Grimal, P. (1988), *A civilização romana*. Lisboa.
- Grupo Mérida (2003), *Atlas antropológico de la Lusitania romana*. Mérida-Bordéus.
- Guerra, A. (2007), “Sobre o território e a sede dos Lancienses (Oppidani e Transcudani) e outras questões conexas”, *Conimbriga* 47 161-206.
- Guerra, A. (2017), “Nomes de povos e de lugares da Lusitânia: 25 anos de investigação” in T. Nogales (ed.), *Lusitania Romana: del pasado al presente de la investigación*. Mérida 155-178.
- Hauschild, Th. (2002), “Templos romanos na província da Lusitânia”, *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa 215-222.
- Hauschild, Th. (2010), “Algumas observações nas construções do foro de Ebor Liberalitas Iulia” in T. Nogales Basarrate, ed. *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Mérida 27-36.
- Le Roux, P. (2010), “Les colonies et l’institution de la province romaine” in J.G. Gorges – T. Nogales Basarrate, eds. *Naissance de Lusitanie Romaine (Ier av.-Ier ap. J.C.)*. Toulouse-Mérida 69-91.
- Lopes, M. C. (2010), “O recinto forense de Pax Iulia (Beja)” in T. Nogales Basarrate, ed. *Ciudad y Forum en Lusitania Romana*. Mérida 189-200.
- Lopes, M. C. (2018), “O busto de Júlio César de Pax Iulia. Percursos e debates em torno da fundação de Pax Iulia”, *Arqueologia Medieval*, 14 17-24.
- Loyance, M. F. (1986), “À propos de Marcus Cassius Sempronianus Olisiponensis, Diffusor Olearius”, *Revue des Études Anciennes* 88 (1-4) 273-285.
- Luis Jiménez, J. – Martín-Bueno, M. (1983), “Municipium Augusta Bilbilis: un nuevo ejemplo de adopción de esquemas preconcebidos en la arquitectura romana altoimperial”, *Mélanges de la Casa de Velázquez* 19 69-78.

- Mantas, V. G. (1990), “As cidades marítimas da Lusitânia”, in *Les Villes de Lusitanie Romaine*. Paris 149-205.
- Mantas, V. G. (2006), “*Cidadania e estatuto urbano na Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha)*”, *Biblos* 4 49-92.
- Mantas, V. G. (2010), “Atlântico e Mediterrâneo nos portos do Sado”, *Revista Portuguesa de História* 41 195-221.
- Mantas, V. G. (2012), *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida.
- Mantas, V. G. (1992), “Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium”, *Biblos* 68 487-513.
- Marcos, S. (2011), “Les colonies lusitaniennes du conventus emeritensis”, *Cahiers Mondes Anciens* 2 1-25.
- Martins, P. (2014), “O anfiteatro romano de Lisboa. Hipótese de localização através de uma leitura tipomorfológica do tecido urbano”, *Rossio. Estudos de Lisboa* 4 162-173.
- Mascarenhas, J. M. – Bilou, F. – Neves, N. (2012), O aqueduto romano de Olisipo: viabilidade ou utopia? Ensaio de traçado apoiado em modelação geográfica”, *Revista Portuguesa de História* 63 239-264.
- Mateos, P. (2007), “El conjunto provincial de culto imperial de Augusta Emerita”, in T. Nogales – J. González (eds), *Culto Imperial: política y poder*. Roma 369-394.
- Mateos P. – Picado, Y. (2011), “El teatro romano de Metellinum”, *Madridrer Mitteilungen* 52 373-410.
- Nogales Basarrate, T. (2002), “Aguas Emeritenses. Monumentos e imágenes del mundo acuático en Augusta Emerita”, *Empuries* 53 89-111.
- Nogales Basarrate, T. – Álvarez Martínez, J. M. (2014), “Colonia Augusta Emerita. Creación de una ciudad en tiempos de Augusto”, *Studia Historica. Historia Antigua* 32 209-247.
- Nünnerich-Asmus, A. (1996), *El arco cuadrifronte de Cáparra (Cáceres). Un estudio sobre la arquitectura flavia en la Península Ibérica*. Anejos de Archivo Español de Arqueología 16. Madrid.
- Oller Guzman, J. (2014), “La civitas sine urbe y su función de vertebración en el territorio provincial hispano”, *Pyrenae* 45 (1) 89-110.
- Pereira, Vítor (2010), “O povoamento romano no concelho da Guarda”, *Iberografias* 6 27-43.
- Ramallo Asensio, S. (2003), “Las ciudades de Hispania en época republicana: una aproximación a su “monumentalización”, in L. Abad Casal (ed.), *De Iberia in Hispaniam: la adaptación de las sociedades ibéricas a los modelos romanos*. Alicante 101-150.
- Reid, J. (2014), *The Municipalities of the Roman Empire*. Cambridge.
- Reis, M. P. (2010), “Tanques, fontes e espelhos de água nos fora lusitanos”, in T. Nogales Basarrate (co-ord.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*. Mérida 285-314.
- Salinas de Frías et alii, M. (2018), “Personaje togado y espacio público en Salmantica”, in C. Márquez – D. Ojeda (eds.), *Escultura Romana en Hispania VIII*. Córdoba 553-577.
- Sarantoupolos, P. (1994), “Os banhos públicos da Liberalitas Iulia Eborae: algumas notas sobre o seu estudo”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 34 (3-4) 273-286.
- Wheeler, M. (1964), *Roman Art and Architecture*. Londres.
- Wilson, A. (1966), *Emigration from Italy in the Republican Age of Rome*. Manchester.

(Página deixada propositadamente em branco)